



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**VALÉRIA DA SILVA**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NO MUNICÍPIO DE  
MONTADAS-PB**

Campina Grande  
2014

**VALÉRIA DA SILVA**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NO MUNICÍPIO DE  
MONTADAS-PB**

Trabalho apresentado para a conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção da graduação sob orientação do professor Dr. Eduardo Gomes Onofre.

Campina Grande  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Valéria da.  
O atendimento educacional especializado-ae no município de Montadas-PB [manuscrito] / Valéria da Silva. - 2014.  
38 p. : il. color.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Prof. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Educação".

1. Educação inclusiva. 2. Exclusão. 3. Inclusão. 4. Recurso multifuncional. I. Título.

21. ed. CDD 370.115

VALÉRIA DA SILVA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NO MUNICÍPIO DE  
MONTADAS-PB

Trabalho apresentado para a conclusão do  
Curso de Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba como parte dos  
requisitos para obtenção da graduação  
sob orientação do prof<sup>o</sup> Dr. Eduardo  
Onofre.

Apresentada em Maio de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup> Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador. UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup> Ms. Cristina Sales Cruz (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup> Ms. Lívania Beltrão Tavares (UEPB)

Dedico este trabalho a Deus por quem sou grata por cada dia, a minha querida família, em especial aos meus pais Luiz e Espedita por terem acreditado em mim e me incentivado nos momentos de desânimo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus de quem vem à força nos momentos de dificuldades.

Ao professor Eduardo Gomes Onofre por ter me orientado e incentivado na conclusão deste trabalho.

Aos meus pais por estarem sempre do meu lado, me incentivando nos momentos de desânimo.

Aos meus irmãos pelo incentivo e apoio nessa caminhada.

Aos alunos da Sala de Recursos Multifuncionais que tornaram possível a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	9
2. Educação Inclusiva .....	11
2.1 Da Educação Especial a Educação Inclusiva: Um Breve Histórico .....	12
2.2 Sala de Recurso Multifuncional e o AEE: A Educação Inclusiva em Foco .....	16
3. Metodologia .....	20
4. Apresentação e Discussão dos Resultados .....	22
4.1 Atendimento Realizado na Sala de recurso Multifuncional no Município de Montadas-PB.....	22
4.2 Quantidade de Alunos Atendidos na Sala do AEE .....	26
4.3 Das Deficiências ou Transtornos .....	27
5. Considerações Finais .....	31
6. Referências Bibliográfica .....	33
7. Anexos .....	35

## **RESUMO**

O Movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e Pedagógica e constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença com valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão dentro e fora da escola. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. O objetivo deste trabalho foi verificarmos os procedimentos pedagógicos adotados na Sala de Recurso Multifuncional da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Genuíno Brito da Silva, no município de Montadas, Paraíba. A nossa pesquisa foi do tipo qualitativa, utilizamos também como instrumentos metodológicos a observação participante que foi realizada durante o último trimestre de 2013. A Sala de Recurso Multifuncional investigada atende a 22 alunos, sendo em sua maioria alunos com deficiência mental, leve e moderada e alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento. Os procedimentos pedagógicos adotados foram: utilização de jogos pedagógicos, uso de tecnologias existentes como utilização dos computadores para realização de atividades variadas, uso de tecnologia alternativa para explorar a concentração, favorecendo a aprendizagem e a socialização e o desempenho individual de cada aluno. Portanto dessa forma percebemos que a sala investigada vem contribuindo com o desenvolvimento dos alunos com deficiências na sala regular.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Exclusão; Inclusão; Sociedade; Sala de Recursos.



## **ABSTRACT**

The Worldwide Movement for inclusive education is a cultural, social and pedagogical action and constitutes an educational paradigm based on the conception of human rights, that conjugates equality with inseparable values which combines with values inseparable, and that advances in relation to the idea of equity to contextualize historical circumstances of exclusion within and outside the school. From the referentials for building inclusive educational systems, the organization of special schools and classes shall be reconsidered, implying a structural and cultural change in the school so that all students may have met their specificities. The aim of this paper was to verify the pedagogical procedures adopted in the multifunctional resource room in the Childhood and Elementary teaching school Genuíno Brito da Silva, in the borough of Montadas. Our research was the qualitative type, we also apply as a methodological tool the participant observation that was accomplished during the last quarter of 2013. The multifunctional resource room that was investigated attends to 22 students , mostly of them have light and moderate mental disabilities, and also students with Mental Developmental Disorder. The Pedagogical procedures adopted were: the use of educational games, existing technologies such as the use of computers to perform different activities, as well as the use of alternative technology to explore the concentration, all of this to favoring learning, socialization and individual performance of each student . So this way, we accomplished that the investigated room contributes with the development of students with disabilities in the regular classroom.

Keywords: Inclusive Education; exclusion; inclusion; society; Resource room.

## 1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva vem rompendo os paradigmas segregativos e adotando procedimentos que contribuem e garantem condições necessárias para a participação dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, afirmando a necessidade de todos os envolvidos no processo educativo se comprometerem com a eliminação das barreiras que excluem as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

A determinação de novas práticas de ensino que atendam as especificidades dos alunos, garantindo a todos o direito à educação com novas possibilidades de serviços que favoreçam a apropriação da autonomia, seja suplementando ou complementando, porém que colaborem com a inclusão escolar dos indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, oferecendo condições que favoreçam o desenvolvimento desses indivíduos, vem sendo uma das prioridades políticas educacionais desenvolvidas pelo Ministério de Educação.

A viabilização das salas de recursos multifuncionais nas escolas regulares para o atendimento educacional especializado vem contribuindo para o rompimento das barreiras que impedem a plena participação social dos indivíduos com necessidades especiais. O Atendimento Educacional Especializado é realizado por meio de utilização de recursos variados que visam o desenvolvimento dos alunos que apresentam essas necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, o presente trabalho descreverá, em linhas posteriores, a implantação da Sala de Recurso Multifuncional para o AEE no município de Montadas, Paraíba, partindo de um relato histórico da política da Educação Especial e a importância da implantação do AEE na rede municipal de ensino, assim como os avanços favoráveis no desenvolvimento desse atendimento. Assim, o objetivo central do nosso estudo é verificar os procedimentos pedagógicos adotados na Sala de Recurso Multifuncional, da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Genuíno Brito da Silva, no município de Montadas, Paraíba. Essa escola implantou o AEE em 2012, seguindo o Programa de Educação Inclusiva do Governo Federal.

No município de Montadas, temos uma Sala de Recurso Multifuncional implantada e gerida pela rede municipal de educação. É considerado um avanço para a educação no referido município, pois promove a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas.

As condições para a concretização da inclusão escolar, o caminho para uma verdadeira inclusão social passam por decisões nos âmbitos políticos e administrativos dos sistemas de ensino. A inclusão representa, portanto, um grande desafio para esses sistemas que devem levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos, adotando um modelo nele centrado, com ênfase na aprendizagem e não, apenas, no ensino.

## 2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Uma questão inquietante para a sociedade durante muito tempo, e que ainda é extremamente atual é: “Qual é o termo correto - portador de deficiência, pessoa portadora de deficiência ou portador de necessidades especiais?” Atualmente, podemos notar a tendência de abolir o uso da palavra “portadora” (como substantivo e como adjetivo). Pois a pessoa não porta uma deficiência, mas sim esta deficiência faz parte. Juntamente com a questão da denominação, as pessoas com necessidades especiais alcançaram uma evolução para sua inclusão na sociedade ao longo da história da humanidade: Extermínio (incapacidade); Alienação (exclusão assistida); Integração (capacidade relativa) e Inclusão (cidadania).

A nomenclatura educação inclusiva é um termo novo e atual e tem por princípio fazer com que todas as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais, culturais ou sociais. Segundo Sasaki (1998) o processo de inclusão escolar apresenta a seguinte definição:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível, preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligência, estilos de aprendizagem comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (p.8 ).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura-MEC, o princípio fundamental da escola inclusiva, é o de que, todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de qualquer deficiência que elas possam ter. Dentro das escolas inclusivas, crianças deficientes, devem receber suporte extra para assegurar uma educação de solidariedade entre os colegas considerados “normais”.

O movimento de inclusão propõe que a escola deve se adaptar ao aluno, buscando contemplar a pedagogia da diversidade, para tal, a escola deve ser criativa no sentido de buscar soluções visando à manutenção desse aluno no espaço da sala de aula regular, levando-o a obter resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social (Mazzota, 1996).

A inserção do aluno deficiente no ensino regular é uma das diretrizes fundamentais da Política Nacional de Educação, por isso, acredita-se que a inclusão possibilite a construção de processos adequados à aprendizagem dos conteúdos acadêmicos. Essa inserção precisa ser feita com cautela, visto que a inclusão visa garantir a possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito pela condição do aluno e, portanto, o modo peculiar de ser no mundo.

Cabe aos sistemas de ensino matricular todos os alunos, organizando-se para atender inclusive as crianças com diferentes tipos de deficiências, oferecendo condições necessárias para uma educação de qualidade a todos. Porém, há muita resistência por parte da família em incluí-las na escola regular, pelo temor de que sejam discriminadas e estigmatizadas (MITTLER, 2003).

### **2.1. Da Educação Especial a Educação Inclusiva: Um breve histórico.**

A deficiência não pode ser plenamente entendida a menos que se examine a sociedade, cultura e história em que ela ocorre. Neste sentido, os registros históricos nos períodos que antecedem à Idade Média, relativos às concepções e posicionamentos referentes às pessoas com deficiência, são escassos. Porém, cabe destacar duas citações: a primeira vem da Grécia Antiga, onde era comum sacrificar ou segregar as pessoas com deficiência, como pode ser observado por um relato de Platão: Quanto aos filhos de sujeitos sem valor e aos que foram mal constituídas de nascença, as autoridades os esconderão, como convêm, num lugar secreto que não deve ser divulgado. A segunda citação vem de um filósofo da Roma antiga, que diz: “Nós matamos os cães danados, os touros ferozes indomáveis; degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos; não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes são aquelas que podem corrompê-las”. Ainda no período da Idade Média, cabe lembrar que a mesma não se notabilizou por sua humanidade e delicadeza. Assim, a Inquisição levou a morte cerca de 350.000 pessoas na Europa.

Felizmente a sociedade evoluiu, e passa a ser marcante a mudança a partir do século XII, período em que a deficiência passa a ser vista não mais como “castigo, culpa, aberrações da natureza”, mas sendo provenientes de causas naturais, consequências de questões orgânicas.

Segundo Mazzotta (2005), podemos ver na história da educação que o atendimento acerca da deficiência estava ligado ao misticismo e ocultismo, sem que existisse para este estudo uma base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. Houve uma marginalização da pessoa deficiente, ignorada pela sociedade, pela falta de conhecimento sobre as deficiências. Até mesmo a religião que afirmava que o homem era um ser perfeito tendo sido feito a imagem e semelhança de Deus levava a crer que a pessoas com deficiência estava fora do padrão de “perfeição” e colocavam a margem da condição humana. Por outro lado a sociedade o colocava na condição de incapacitado, inválido, dentre outras marginalizações.

Apenas no século XIX, a sociedade apresentou condições materiais favoráveis, com o surgimento de líderes da sociedade que se sensibilizaram para o atendimento às pessoas com deficiência. Esses líderes, como representantes dos interesses das necessidades das pessoas com

deficiências ou identificadas com elas, abriram espaço nas mais variadas áreas para a construção de conhecimentos e de alternativas para dar melhores condições de vida às tais pessoas (Mazzotta, 1996). Foi principalmente na Europa que surgiram os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas com deficiência, o que refletiu em mudanças nas atitudes dos grupos sociais e, conseqüentemente, concretizando-se em medidas educacionais e que foram se expandindo até o Brasil.

Mazzotta (1996) destaca que:

Foi então organizado no Brasil, a organização de serviço para o atendimento a cegos, surdos, pessoas com deficiências mentais e físicas e partindo de atendimentos isolados e particulares foi então refletindo nos educadores o interesse pelo atendimento educacional das pessoas com deficiências. (p.27).

Em 1854 foi criado por D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial nº. 428, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos cegos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant (IBC) que é um grande centro produtor de pesquisas nessa área. Em 1857 D Pedro II, pelo Decreto-Lei nº. 839, cria no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos surdos mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de surdos (INES). Em 1883 foi realizado o 1º Congresso de Instituição Pública que discutiu a questão do currículo e a formação de professores para cegos e surdos. Até 1950 havia quarenta estabelecimentos de ensino comum mantidos pelo poder público e que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a sujeitos com deficiência mental, outros 14 estabelecimentos de ensino comum sendo um Federal, nove Estaduais e quatro particulares que atendiam alunos com deficiência.

No ano de 1947 o Instituto Benjamin Constant e a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro realizaram o primeiro curso de Especialização de professores na Didática de cegos. Entretanto, somente no fim de 1950 ao início de 1960 é que foi incluída como política educacional a educação especial. A educação das pessoas com necessidades especiais não significava interesse para a economia, elas eram vistas como improdutivas, tinham sua formação apenas para sua subsistência para não serem pesadas às suas famílias e conseqüentemente ao estado.

Em breve relato sobre a forma como eram tratados pela sociedade as pessoas com alguma deficiência, podemos mencionar que passaram do extermínio, do abandono a um novo período em que podiam continuar vivas, embora ainda vistas como pessoas doentes, defeituosas ou mentalmente afetadas. Na Idade Média, de acordo com as ideias cristãs, elas não podiam mais ser exterminadas, eram abrigadas em igrejas, conventos, asilos. Foi a época do asilismo, precursor do assistencialismo ainda visto na sociedade atual. O período do organicismo surge da Idade Moderna passando da filantropia para o modelo médico relacionado à deficiência.

A partir da Idade Contemporânea constatam-se as possibilidades de aprendizagem para

as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência ou necessidades especiais, desenvolvendo alternativas para seu atendimento educacional no sistema regular em função de suas necessidades. A pessoa antes vista como impotente, agora passa a ser vista como alguém com potencialidades, com capacidades que devem ser desenvolvidas, com condições de viver em ambientes menos restritos, menos segregados.

Dos anos 60 a 80 surge uma proposta de convivência social, não há modificação na sociedade, o indivíduo é que deveria se adaptar a sociedade, isto é, sob o princípio da integração. Nos anos 90 chega, então, ao Brasil a ideia de inclusão, com a declaração de Salamanca (UNESC 1994). Este documento internacional especifica as orientações para a educação especial, influenciando em nível mundial que propõe, dentre outros pontos, que “as crianças e jovens com necessidades especiais devem ter acesso as escolas regulares que a elas devem se adequar (...)” (BRASIL, 2004 e p.8-9), pois as escolas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma educação inclusiva e atingindo uma educação para todos, com a declaração surge também o termo de necessidades educacionais especiais englobando quaisquer necessidades, considerando as necessidades de todos os alunos.

A proposta de inclusão das pessoas que apresentam necessidades especiais é a de superar as situações de exclusão, reconhecendo a diversidade dos alunos e estimulando à participação social. Nesse sentido, para Figueira (2008):

Educação inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas para que recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios em classes adequadas a idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade. (p.106).

Então, o modelo de educação especial com ênfase na segregação, passou a ser questionado, desencadeando alternativas para a inserção de todos os alunos, inclusive as pessoas com deficiência severa como o recomendado no artigo 208 da Constituição Federal “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL 2008) sendo incluída nas políticas educacionais a integração que visa preparar alunos de salas especiais e integrá-los as salas regulares e oferecendo na medida de suas necessidades, atendimento em salas de recursos ou outras modalidades necessárias a fim de desenvolver a autonomia desses alunos, incentivando-os a cooperação e possibilitando meios de integrá-los à sociedade.

O trabalho deve ser coletivo e direcionado a apropriação do conhecimento,

possibilitando ao sujeito refletirem sobre a sua condição individual inserida nessa sociedade que ora inclui, ora exclui. Para Freire (2005):

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa crítica, é propiciar as condições em que os educandos, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiem a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (p. 41).

Na perspectiva da inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, a escola tem que se preocupar com o aprendizado dos conteúdos e não apenas com a convivência, pois a sociedade atual requer cada vez mais conhecimentos, uma educação inclusiva é uma aceitação das diferenças e não apenas uma colocação em sala de aula (FIGUEIRA, 2008).

Em uma concepção idealista sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões. Essa transformação move o mundo, modificando-o, tornando-o diferente, porque passamos a enxergar e a vivê-lo de outro modo, que vai dirigi-lo corretamente e mudar ainda que aos poucos e parcialmente.

Um trabalho pedagógico de qualidade contribui para a formação do sujeito e é de fundamental importância a promoção do aprendizado aos respectivos sujeitos, pois o fato de frequentar uma escola comum e conviver com os outros sujeitos não será suficiente para suprir as necessidades dos alunos com necessidades especiais. É necessário a escola produzir conhecimentos que devem ser apropriado por todos, pois o aprendizado é o elemento essencial para garantir a inclusão social.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas e criar meios para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate da sociedade e do papel da escola na superação da inclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, passa a ser repensada a organização de escolas e classes especiais, necessitando uma mudança estrutural e cultural para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

## **2.2 Sala de Recurso Multifuncional e o AEE: A Educação Inclusiva em Foco.**

A Constituição Federal de 1988 preve no artigo 205 o direito de todos a educação e o artigo 208 o Atendimento Educacional Especializado - AEE e a inclusão escolar fundamentada na

atenção a diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais.

Todos os alunos de uma comunidade independente de suas necessidades educacionais especiais, etnias, gênero, diferenças linguísticas, religiosas, sociais, culturais entre outras, têm o mesmo direito de acesso à escolarização, com o grupo de sua faixa etária e que a escola deva acolher e valorizar as diferenças.

A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação por meio do AEE, definido por uma proposta que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum em benefício de todos os alunos.

De acordo com o documento Sala de Recurso Multifuncional (BRASIL, 2006), o atendimento educacional especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo. Constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizando institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns.

A Educação Especial organizada como AEE vem dando evidências a diferentes compreensões, terminologias e modalidades, escolas especiais, classes especiais. Essa organização fundamentada no conceito da normalidade determina formas de atendimento clínico - terapêutico totalmente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos definem as práticas escolares para os alunos com deficiência/necessidades especiais. Esse atendimento especial organizado paralelamente à educação comum seria a forma mais apropriada para atender os alunos com necessidades ou que não se adequavam ao ensino comum. Estudos desenvolvidos na área da educação e dos direitos humanos vêm modificando conceitos assim como a legislação, as práticas educacionais e também as práticas de gestão, indicando as necessidades de mudanças tanto nas escolas quanto na educação especial.

A educação inclusiva tem provocado mudanças na escola com o reconhecimento da diversidade no processo educacional. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais. Ela deve assim responder as necessidades de aprendizagem de todos os excluídos a educação. O conceito de escola de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação Especial (BRASIL 2008) implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político pedagógico, assim como no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam as práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos, possibilitando meios que favoreçam no desenvolvimento do aluno.

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até



então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para torna-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. (GLAT, 2007 p.17).

Os sistemas devem ser adaptados às necessidades dos sujeitos e não os sujeitos se adaptarem às exigências dos sistemas. Inclusão não significa matricular os alunos em salas regulares ignorando suas necessidades específicas mas significa dar ao professor e a escola suporte necessário a sua ação pedagógica (BRASIL, 2008) e nesse processo é de fundamental importância a formação de professores para que, quer seja uma incapacidade de andar, ouvir, enxergar, ou um déficit no desenvolvimento não seja compreendido como falta de competência para aprender e nem motivo para que os alunos percam a motivação nos estudos.

O AEE aparece recentemente na história, ele veio através da política nacional de Educação Especial com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 que dispõe a respeito do Atendimento Educacional Especializado que destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica ao Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação matriculados na rede pública de ensino regular admitindo o computo duplo da matrículas desses alunos tanto nas salas regulares como também no AEE conforme registro no censo escolar.

A Constituição de 1988 garante a todos o direito à educação e ao acesso a escola, devendo assim toda escola atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, deficiência ou ausência dela e sim criar os meios favoráveis e necessários para oferecer esse atendimento.

O Atendimento Educacional especializado- AEE deve ser um complemento ao ensino comum e não um apoio ou reforço escolar. É importante salientar que o desempenho do aluno deve ser garantido pela escola comum e não pelo AEE ou Educação Especial. O AEE objetiva contribuir para a eliminação das barreiras existentes que prejudicam a participação do aluno no processo de ensino aprendizagem através da aquisição de recursos de acessibilidade e utilização de estratégias que possibilita a participação e desempenho na aprendizagem.

[...] Por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p.14).

A educação especial antes atendia todas as crianças que tinha alguma necessidade especial, depois mudou para atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais e

passou a atender as crianças que tinham uma dificuldade ou uma deficiência, ou seja, um fracasso escolar, aquelas que vinham repetindo de séries. A educação especial na perspectiva inclusiva vem definir a clientela para esse atendimento educacional especializado e dizer que tipo de atendimento a ser ofertado às crianças.

Desta forma, o AEE complementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. E não se confunde com reforço escolar. Esse atendimento tem funções próprias do ensino especial, as quais não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo a fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e outros. Esse atendimento é feito na rede pública em maioria, pois, a rede particular teria que se preparar com sala de recursos multifuncionais separadas, com profissionais especializados para trabalhar com essas crianças, por isso que é bem difícil encontrarmos esse atendimento na rede particular.

Os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado são:

Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais em interação diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Portanto, são os alunos com deficiência mental, deficiência física, surdez, deficiência auditiva, cegueira, baixa visão, surdo-cegueira ou deficiência múltipla. Alunos com transtornos globais de desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isolada ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2008, p.2).

Partindo do AEE como um novo serviço da educação, referente à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva percebe-se que o município de Montadas vem tentando se adequar as políticas de educação especial.

O Atendimento Educacional Especializado- AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na sala comum e fora dela. Apoia o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, disponibiliza o estudo de códigos específicos de comunicação e sinalização, oferece Tecnologia Assistiva (TA) conhecida como área de conhecimento e atuação que desenvolve serviços, recursos e estratégias que auxiliam na resolução de dificuldades funcionais das pessoas com deficiência na realização de suas tarefas; adequa e produz materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista, as necessidades específicas dos alunos, acompanha o uso desses materiais didáticos e pedagógicos e recursos em sala de aula, sem, contudo interferir no ensino de conteúdos curriculares.

O AEE é realizado no período inverso ao da sala regular, frequentada pelo aluno, para possibilitar um melhor benefício, esse atendimento é realizado em sua própria escola ou em uma escola pólo, organizada para esse fim, como é o caso da escola Genuíno Brito da Silva, que tem oferecido o AEE para as crianças com necessidades especiais matriculadas regularmente na rede municipal de ensino. Esse atendimento é organizado para suprir as necessidades de acesso do aluno ao conhecimento, porém a participação a este atendimento não é obrigatório, embora seja obrigatório ao sistema de ensino oferecê-lo. A sala de recursos é organizada com mobiliários, matérias didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos em horário oposto a sala regular.

A seleção dos alunos atendidos pela AEE se dá a partir do encaminhamento feito pela escola, juntamente com o laudo médico do aluno. Em seguida, o professor da sala de recurso realiza entrevista com os responsáveis e com o professor da sala de aula regular. Logo após, é feita uma análise das informações e o professor do AEE prepara um plano de atendimento para atender as necessidades do aluno. No atendimento especializado, o professor fará identificação das barreiras que o aluno enfrenta no ensino regular que o impede de participar da aprendizagem na escola. Com a identificação do problema, assim como também das habilidades que o aluno apresenta, o professor desenvolve recursos e/ou estratégias que o auxiliam diretamente, possibilitando sua participação nas atividades, na comunicação e nas relações dentro da escola.

Portanto, para realizar o AEE garantido pela Constituição Federal, é necessário que a escola atual mude e, essa tarefa exige muito trabalho. Cabe a escola encontrar soluções para seus problemas e abraçar esse trabalho que deve está explícito no seu projeto político pedagógico e vivido a partir de uma gestão democrática.

### 3. METODOLOGIA

Pesquisar requer um cuidadoso processo de construção de caminhos onde o pesquisador escolhe um tema a ser pesquisado e optará pelo método mais adequado a sua pesquisa para proceder sua investigação. Dentro desse contexto, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa com observação participante que se caracteriza pela relação do pesquisador com a pesquisa, dentro da situação investigada, estabelecendo condições favoráveis para uma melhor captação de informações.

A participativa é definida como uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas dos indivíduos. Portanto, na pesquisa participativa o investigador deve recriar formas concretas que possibilitam aos sujeitos investigados de participarem, do direito de pensarem, produzirem e dirigirem os usos do seu saber e a respeito de si próprios. Desta forma, os indivíduos tornam-se responsáveis por si mesmos, assumindo seus problemas e buscando solução para os mesmos (BRANDÃO, 1999). Portanto, muda o papel do sujeito da pesquisa: ele não é só objeto de estudo. Muda também o papel do pesquisador: ele não é mais o único dono da verdade, manipulando os sujeitos e ditando os objetivos.

Em Oliveira e Oliveira (1985), encontramos os pressupostos das pesquisas participativas sem uma distinção entre as diferentes abordagens de trabalho em campo, as quais são afirmadas como estratégias de pesquisa que têm como proposta a participação dos grupos sociais na busca de soluções para as problemáticas vividas, envolvendo um processo de compreensão e mudança da realidade. Segundo os autores, para desenvolver uma metodologia participativa, é necessária uma mudança na postura do pesquisador e dos pesquisados, uma vez que todos são coautores do processo de diagnóstico da situação-problema e da construção de vias que possam resolver as questões. É um processo contínuo que acontece no curso da vida cotidiana, transformando os sujeitos e demandando desdobramentos de práticas e relações entre os participantes.

As estratégias utilizadas para a realização da investigação foram compostas por observação participante, registros de imagens (fotografias) e também foram utilizadas as informações anotadas nos relatórios diagnósticos de desenvolvimento do aluno, tanto da professora da sala do AEE quanto da professora do ensino regular. É imprescindível esclarecer que anteriormente à investigação foi feito o contato prévio com as professoras envolvidas, onde foram explanados os objetivos do projeto de investigação.

A pesquisa participante se deu na Escola Municipal Genuíno Brito da Silva, no município de Montadas na Sala de Recursos Multifuncionais, sala esta onde os alunos se reúnem no contraturno do ensino regular com a finalidade de complementação do ensino- aprendizagem. A

opção pela observação participante deu-se pela necessidade de observar os preconceitos enfrentados pelos alunos inclusos, analisar o processo de inclusão dentro da Instituição de Ensino (dificuldades e concretizações), observar a acessibilidade dos alunos no ensino regular, observar a estrutura arquitetônica, observar a efetividade do processo de inclusão, bem como a didática utilizada pelos profissionais da educação e a aceitação dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

A forma de abordagem e de coleta dos dados utilizada em nossa investigação foi de grande importância, pois nos possibilitou a obtenção dos dados que eram de nosso interesse, sempre respeitando o espaço de trabalho dos profissionais, a rotina dos serviços, bem como os atendimentos.

## **4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.**

### **4.1 O Atendimento Realizado na Sala de Recurso Multifuncional no Município de Montadas**

O município de Montadas-PB possui um total de 8 escolas funcionando regularmente e implantou a primeira sala de recursos multifuncionais para o AEE em uma de suas escolas afim de atender todos os alunos com necessidades especiais devidamente matriculados em sua rede de ensino e que estejam já diagnosticados. O município possui cerca de 1.200 alunos. A sala foi implantada na escola Genuino Brito da Silva que atende em seu publico alunos do 1º ao 5º Ano do ensino fundamental I.

O objetivo do Atendimento Educacional Especializado é identificar as necessidades e possibilidades do aluno com necessidades educacionais especiais e assim elaborar um plano de atendimento de maneira a viabilizar o progresso do aluno na sua aprendizagem e em seu desenvolvimento para que ele tenha acesso e participe do processo de escolarização na sala regular e para que isso seja possível é necessário transformar os meios de aprendizagem. O professor do AEE deve está sempre que necessário, produzindo recursos que visem garantir a acessibilidade aos conteúdos acompanhando o uso desses recursos em sala de aula, analisando a funcionalidade dos recursos e ajustando-os quando necessário. A prática do professor deve ao máximo contribuir no processo de construção do aluno, respeitando suas limitações.

O atendimento é realizado a partir de discussão com os professores em seus espaços pedagógicos, que definem os alunos a serem encaminhados para o atendimento, levando em consideração as características da clientela a qual se destina o AEE. Em seguida, a escola onde o aluno está devidamente matriculado preenche um encaminhamento individual onde conta relatos e observações dos envolvidos com a criança ou adolescente.

Após a análise do encaminhamento, é realizada uma entrevista com o professor e os familiares do aluno, partindo assim para uma avaliação inicial do mesmo com observações feitas em encontros individuais de até duas vezes por semana. Concluída a avaliação e havendo uma definição sobre a necessidade do AEE, parte-se para um plano de atendimento com as atividades de intervenção a serem desenvolvidas pela professora do AEE. O planejamento dessas atividades visa desenvolver aspectos como a aprendizagem escolar, social, afetiva, recursos a serem utilizados, ficando também definido se o atendimento ao aluno seria individual ou em grupo.

São desenvolvidas atividades que favoreçam a expressão oral de todos os alunos atendidos, dando a eles possibilidades para fazerem a diferença entre uso da linguagem oral e da linguagem escrita. A recontagem de história, o relato dos acontecimentos do dia a dia, a descrição de figuras, a seleção de atividades a serem realizadas ou as que já foram realizadas, são meios

utilizados com os alunos para possibilitar um desenvolvimento da linguagem. São utilizados os recursos existentes alguns são adaptados quando possível. São utilizados também jogos de memória, jogos de sequência lógica, que contribuem no desenvolvimento cognitivo.

A realização das atividades são possíveis mediante o conhecimento de cada criança, compreendendo suas limitações a fim de que cada atividade proposta surja de um objetivo direcionado pelo professor do AEE. A exploração da memória da criança através de jogos variados, sua atenção, seu pensamento e sua linguagem, utilizando para isso brincadeiras como o espalhar figuras de diferentes animais para identificação dos nomes de cada um, atividades com massa de modelar, pintura, recorte e colagem explorando e estimulando a representação simbólica da criança, estimulando os movimentos corporais através da música ou através de instrumentos musicais.

De acordo com Vygotsky (1998) a arte de brincar pode ajudar a criança com necessidades educacionais especiais a desenvolver-se com os que a cercam e consigo mesma. Através da utilização de jogos e brincadeiras as crianças com deficiência intelectual podem desenvolver a imaginação, a confiança a auto-estima, o autocontrole e a cooperação. Quando o professor proporciona e utiliza esses meios, ele favorece o desenvolvimento sadio, proporcionando a produção de conhecimento.

As atividades desenvolvidas e a avaliação do processo do AEE são repassadas para os professores das salas regulares em discussões e em reuniões de planejamento.

O que se busca no processo avaliativo do AEE com os alunos é primeiramente a participação e a integração de todos durante os atendimentos, seja essa participação parcial ou integral, dada as limitações individuais de cada um. A partir daí, são feitas verificações através das participações e do envolvimento nas atividades bem como a identificação por meio de gestos e verbalizações, das principais características da atividade proposta.

São várias as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do AEE. As mais frequentes são relacionadas a não participação da família, pois os pais ou responsáveis não são obrigados a levarem seus filhos ao atendimento e comprometem com isso a frequência das crianças na sala de recurso multifuncional. Outra dificuldade é a falta de assistência dos serviços públicos de saúde como fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, etc. Também são empecilhos os meios que ainda não são suficientes para que se possa melhorar o atendimento, nem sempre o contato com os professores do ensino regular pode ser feito pelo fato de serem de outras escolas gerando um certo desencontro e automaticamente uma falta de interação acerca do desenvolvimento da criança.

Além, de todas essas dificuldades, falta o apoio técnico de uma coordenação para a educação especial que venha favorecer a melhoria do atendimento educacional especializado no município de Montadas.

Na sala de recurso, a única no município de Montadas, os recursos materiais estão sendo

adquiridos gradativamente e de acordo com a necessidade dos alunos, assim como equipamentos, mobiliários e materiais adequados ao bom funcionamento da mesma.

Alves (2006) destaca a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados na sala de recursos multifuncionais, dentre eles: jogos pedagógicos, que valorizam aspectos lúdicos, a criatividade o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento, jogos adaptados para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, livros didáticos e paradidáticos, recursos específicos e mobiliários adaptados.

Durante as visitas a Sala de Recurso Multifuncional- SRMF foi observado os recursos ali existentes assim como as adaptações de alguns desses recursos didáticos. A maior parte é feita de modo artesanal, voltado especificamente para atender a individualidade de cada aluno. Em seu acervo, a sala também conta com jogos de dominó, jogos com figuras geométricas, computadores, impressora, scanner, notebooks, lupa eletrônica, jogos de lupa, banda rítmica, linha movimento, teclado colmeia, livros de histórias infantis, material dourado, alfabeto móvel em tamanhos variados, blocos de montagem, alinhamentos em madeira, dominós variados, jogos diversos e materiais de uso diário.

O primeiro momento da realização de nossa pesquisa foi composto pela realização das observações da sala do AEE, onde cada visita teve a duração média de uma aula por dia no período de outubro a dezembro e foram acompanhadas pela presença da professora. A partir de nossas visitas tínhamos como objetivos in lócus, a materialização empírica de um de nossos objetos de estudo.

Após a pesquisa, foram obtidos os seguintes resultados:

#### **4.2 Quantidade de Alunos Atendidos na Sala do AEE**

ALUNOS DA PRÓPRIA ESCOLA	ALUNOS DAS OUTRAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO
16	6

Quadro 1: Alunos na sala do AEE.

Considerando um total de 22 alunos com faixa etária entre 7 e 16 anos, sendo que 13 residentes na zona rural e 9 na zona urbana do município, porém todos utilizam o transporte escolar para chegarem até a escola, tanto para frequentar a sala do AEE quanto do ensino regular. Do total de alunos que participavam do Atendimento Educacional Especializado, 6 frequentavam esporadicamente, prejudicando o andamento do plano de atendimento.

De acordo com Sartoretto (2007), no atendimento educacional especializado o aluno vai



desenvolver habilidades necessárias para ultrapassar as barreiras impostas pelas deficiências através de atividades diferentes do ensino comum.

O ambiente da sala de recursos propicia ao aluno um atendimento especializado, por meio de estratégias de aprendizagem que favoreçam a construção dos conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

Segundo Ferreira (2007), para responder à diversidade dos estudantes é importante a formação continuada do professor e a promoção de ações no sentido de possibilitar ao docente a capacitação necessária para proporcionar a aprendizagem de todos os alunos. É fundamental que o professor da sala de recursos nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos com necessidades especiais promovendo condições para a inclusão dos mesmos em todas as atividades da escola.

#### 4.3- Das Deficiências ou Transtornos

<b>Deficiências ou Transtornos</b>	<b>Quantidade de alunos atendidos</b>
Baixa visão	1
Deficiência auditiva	1
Deficiência física	1
Deficiência intelectual leve	3
Deficiência intelectual moderada	3
Transtornos Globais do Desenvolvimento	13

Quadro 2: Os tipos de deficiências e transtornos.

De acordo com a descrição acima, observamos que o TGD e deficiência intelectual são os perfis mais presentes no cenário estudado/pesquisado. Os Transtornos Globais do Desenvolvimento, também denominados como transtornos Invasivos de Desenvolvimento, são distúrbios/atrasos que ocorrem no desenvolvimento da criança que se manifestam nos primeiros anos de vida, e são determinados por um conjunto de fatores, dependendo de cada caso. O DSM-IV - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2002, Rev.2008) descreve, suas características mais predominantes:

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento caracterizam-se por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades. Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo [...] Esses transtornos em geral se manifestam nos primeiros anos de vida e frequentemente estão associados a algum grau de Retardo Mental [...] (p.98).

Os TGD englobam os diferentes transtornos do espectro autista, as psicoses infantis, a

Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.

A Deficiência intelectual (DI) ou Deficiência mental (DM) como era anteriormente designada, é caracterizada como uma incapacidade de limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo e se origina principalmente antes dos dezoito anos de idade. Segundo o Documento Subsidiário à Política Nacional de Inclusão: “Deficiência Mental é a incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas” (PAULON, 2007, p.13).

Ainda segundo (PAULON, 2007), desde o ano de 1983, alguns acréscimos relevantes foram realizados em frente a essa definição. A partir dessa data, a Deficiência Intelectual passa a ser interpretada como um estado de funcionamento. Assim, deixa de ser uma expressão individual do indivíduo e passa a ser uma interação deste indivíduo com limitações com o meio e o contexto em que está inserido.

Por outro lado, segundo Organização Mundial da Saúde-OMS – CID.10 (1995), a classificação da OMS – CID.10 (Organização Mundial da Saúde), é baseada ainda no critério quantitativo. Por essa classificação, a gravidade da deficiência intelectual ou mental está relacionada às nomenclaturas: Profundo, Severo, Moderado, Leve. Nesse intuito, de acordo com a OMS, em sua denominação desde 1976, as pessoas com deficiência são classificadas como portadoras de Deficiência Mental leve, moderada, severa e profunda.

Durante a pesquisa, percebemos que os alunos com deficiência intelectual mesmo com grandes dificuldades cognitivas, em contato com os jogos, demonstram interesse na participação dos jogos. Percebemos um esforço na assimilação das regras para alcançar um resultado positivo no jogo, apresentam melhor concentração nas atividades realizadas nos computadores, respeitando as regras básicas no andamento das brincadeiras como o obedecer a vez na jogada alertando constantemente o adversário para a jogada seguinte. Foi visivelmente percebido melhora na motivação, na participação nas atividades em grupo, melhora na autoestima dos alunos.

Um dos atendimentos que pudemos perceber maior dificuldade em oferecer possibilidades no desenvolvimento da aprendizagem, foi o de pessoas com baixa visão. São utilizados recursos ópticos que servem para facilitar o processo de aprendizagem, como é o caso da lupa eletrônica. Também foram feitas as adaptações necessárias como o uso do caderno com linhas traçadas, escuras, e com um maior espaçamento, auxiliando na escrita, assim como o uso de lápis 6B. Os textos são ampliados dando um mínimo de suporte para aquisição do conhecimento o que não é suficiente ainda há inexistência do oferecimento do método Braille para a aluna.

De acordo com Boas e Ferreira (2010) a Deficiência Visual corresponde à diminuição da resposta visual de modo irreversível, em decorrência de causas hereditárias ou congênitas. Essa

diminuição não corresponde só à falta total da visão, mas pode se apresentar em vários graus podendo ser profunda, severa, moderada, leve e total sendo esta última reconhecida por cegueira que é a ausência total da resposta visual; já a diminuição da visão em seu grau profundo engloba a visão subnormal ou baixa visão.

Para o processo de alfabetização e a aprendizagem de uma pessoa cega é importante que haja o incentivo do professor para a coleta de informação desses alunos, estimulando os sentidos remanescentes, de modo que o tato, a audição, o olfato, e o paladar sejam um veículo para que as informações sejam levadas ao cérebro. Segue-se então a interação e a comunicação com o outro é de suma importância uma vez que desperta a curiosidade e o interesse pelo mundo. (SEESP/MEC 2007).

As atividades realizadas com os alunos que apresentam deficiência física são para favorecer a coordenação motora fina, autonomia, segurança e a comunicação através de leituras alternativas. No caso do aluno que apresenta essa necessidade, ele já possui uma certa autonomia em sua mobilidade, as atividades são direcionadas ao desenvolvimento da fala e da escrita e para isso são utilizadas a comunicação alternativa e a utilização de engrossadores de lápis.

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física, conforme segue:

Art. 3...: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se: I Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; Art. 4...: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Sabemos também que nem sempre a deficiência física aparece isolada e em muitos casos encontraremos associações com privações sensoriais (visuais ou auditivas), deficiência mental, autismo, etc. e, por isso, o conhecimento destas outras áreas também auxiliará o professor responsável pelo atendimento desse aluno a entender melhor e propor o Atendimento Educacional Especializado – AEE necessário.

Os alunos são atendidos segundo um cronograma levando em consideração as necessidades e limitações de cada um, pois em alguns casos o atendimento se faz necessário ser individual. É realizado também, atendimento em grupo de no máximo quatro alunos com duração de até 2 horas por atendimento. Os atendimentos são realizados de modo a não impedir o acesso a educação regular, sendo sempre incentivado pela instituição como forma de garantir a inclusão

escolar.

São explorados os recursos já existentes na sala, com interação das tecnologias e atividades voltadas às reais necessidades de cada aluno respeitando suas limitações, visando um desenvolvimento significativo. Durante o desenvolvimento das atividades a prioridade são as atividades lúdicas de concentração, jogos educativos e pesquisas para desenvolver as potencialidades dos alunos, tentando assim superar as dificuldades de cada um, diminuindo as supostas diferenças e buscando valorizar o potencial individual. Percebemos que os alunos se envolvem nas atividades e não há resistência para participar e para realizar as atividades.

O sucesso escolar do aluno com necessidades especiais e a sua integração requer a participação efetiva da família, do desenvolvimento dos professores, comprometidos na realização não apenas da inclusão na escola, mas na apropriação do desenvolvimento e autonomia de cada aluno.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial inclusiva no Brasil se tornou um mecanismo de discussões e práticas de ações que contemplem o exercício da efetivação do respeito aos direitos humanos e repúdio ao preconceito. A inclusão e acessibilidade possibilitam que milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos possam ter o direito de frequentarem uma escola com qualidade. Sabe-se que só a discussão teórica não efetiva o exercício pleno do direito de toda criança, independente de sua condição, ir a uma escola, ser aceito e aprender o que se espera para sua idade. Porém, com o advento das reflexões sobre a educação especial inclusiva no cenário educacional brasileiro, efetiva-se aí práticas educativas que possibilitam crianças, adolescentes e jovens em idade escolar tenham garantidos o direito de não somente frequentar uma escola, mas aprender. O acesso e a permanência da criança na escola são direitos constitucionais garantido e um dever das instâncias governamentais.

Neste sentido, Brasil (2008, p. 07), esclarece que:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A permanência na escola da criança com necessidade educacional especial é algo extremamente complexo e desafiador. Atrelado a esta questão, está um grande número de alunos com alguma dificuldade de aprendizagem que consideravelmente contribui para o seu fracasso escolar. Existe nos ambientes educativos, um número grandioso de crianças, adolescentes e jovens com algum problema de aprendizagem, de ordem bio-psico-social-afetivo.

A política inclusiva e a implantação de suas práticas, no âmbito escolar, têm papel imprescindível, para a garantia de permanência, de desenvolvimento do aluno, público alvo da Educação Especial, desenvolvida no ensino comum, no decorrer da escolarização e, principalmente, para o êxito e perspectivas de avanço nos níveis mais avançados de ensino.

Durante a pesquisa ficou claro que a Secretaria Municipal de Educação do Município de Montadas vem desempenhando grande esforço para garantir uma escolarização de qualidade aos alunos deficientes. Apesar das barreiras enfrentadas até o momento a sala de recursos implantada na Escola Municipal Genuíno Brito da Silva, tem desenvolvido um bom trabalho quanto ao AEE dos alunos com deficiência.

O município de Montadas está trabalhando em busca de excelência na oferta do AEE, contudo registra-se que ainda há muito a ser conquistado e garantido, principalmente o que é observável, quando se refere a fragilidades: na garantia de formação continuada do professor que atua no AEE, no trabalho colaborativo e de coordenação, praticamente inexistente.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

BOAS, Ludmila; FERREIRA, Sandra. **O papel da estimulação precoce e da escolarização na constituição do sujeito leitor cego**: um estudo de caso. *Linguagem & Ensino*, Pelotas,v.13,n.2. jul./dez.2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado.

BRASIL. Ministério da Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais-orientações gerais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica**. Brasília, MEC/SEESP, 2008

Declaração de Salamanca – **Conferencia Mundial sobre as Necessidades Especiais; acesso e qualidade**. Brasília: CORDE, 1994.

FERREIRA, Windy B e MARTINS, Regina Coeli B. **De docente para docente... Conversas sobre práticas de ensino para responder à diversidade na sala de aula**. Summus Editorial. São Paulo. 2007.

FIGUEIRA, E. Caminhando em Silêncio: Uma introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil. 1.ed. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31.ed. São Paulo: Paz e Terra.

GLAT, Rosana(org). **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. 26Ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

HADDAD, Fernando. **Entrevista In: Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. MEC. Brasília, V.4, n.1, p.04-06, jan./jun. 2008.

DSM-IV. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Trad. Cláudia Dornelles. 4.Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Política**. Cortez: 1996.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

OLIVEIRA, M. D. e OLIVEIRA, R. D. **Pesquisa Social e Ação Educativa: Conhecendo a Realidade Para Poder Transformá-la**. In C. R. OMS. **CID-10. OMS**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

PAULON, Simone Mainiere. **Documento Subsidiário à política de inclusão** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2º ed., 2007.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **Coleção: Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**/Edilene Aparecida Ropoli ET.al. Brasília: Ministério da

Educação, Secretaria da Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SALTO PARA O FUTURO: **Educação Especial: Tendências atuais**/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. Anais eletrônicos... São Paulo: RNR, 2003, p.12-16. Disponível em: <<http://www.bauru.apaesaopaulo.org.br/repositorio/SP/bauru/Como%20chamar%20as%20pessoas%20que%20tem%20deficiencia.pdf>>. Acessado em: 20 dez. 2013.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos**



**pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010

MEC, BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica.** 1999. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) .

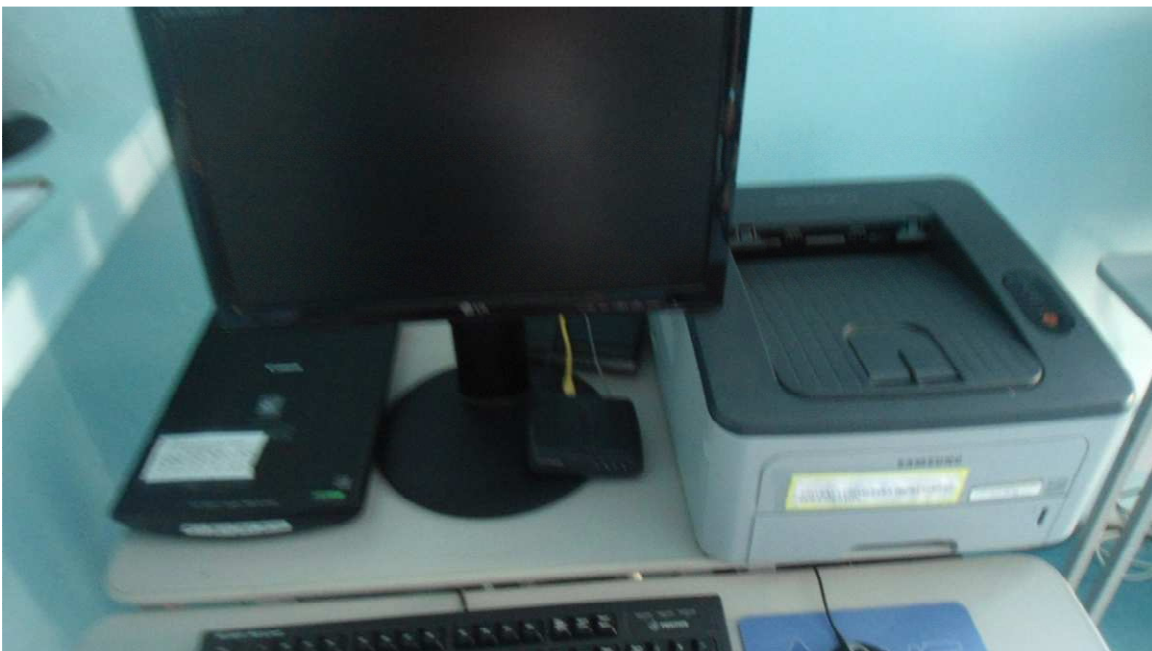
MEC/SEESP. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular: orientações aos professores da escola regular.** Brasília-DF.:2006.

## 7. ANEXOS



de leitura.

Cantinho



dor, scanner e impressora da Sala de Recurso Multifuncional.

Computa



Bandinha

rítmica da Sala de Recurso Multifuncional.



Materiais

pedagógicos da Sala de Recurso.

Sala com alguns dos recursos existentes.

## MODELO DE FICHA PARA RELATÓRIO

Prefeitura Municipal de Montadas  
Secretaria Municipal de educação e Cultura  
Atendimento educacional Especializado

**EMEIF Genuíno Brito da Silva**

**Relatório de Acompanhamento do professor de AEE**

### Relatório do aluno - 2013

Nome: \_\_\_\_\_

Nasc: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Sala Regular: \_\_\_\_\_

Turma: \_\_\_\_\_ Prof<sup>ª</sup>: \_\_\_\_\_

Diagnóstico inicial: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Dificuldades: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Física- \_\_\_\_\_

Cognitiva- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Percepção-Sensorial- \_\_\_\_\_

Linguagem Oral/Comunicação- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Atenção/Concentração- \_\_\_\_\_

Raciocínio Lógico- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Memória- \_\_\_\_\_

Sociabilidade/Afetividade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Vida Autônoma- \_\_\_\_\_

Objetivos do Atendimento: \_\_\_\_\_

Atividades Direcionadas: \_\_\_\_\_

Parcerias Existentes: \_\_\_\_\_

Observações Finais:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_